

Os desafios dos movimentos sociais face à crise da zona euro

Lídia Fernandes*

Resumo

Este ensaio visa abordar alguns dos desafios colocados aos *movimentos sociais*, com incidência no território da UE - quer consideremos um *aglomerado de movimentos sociais nacionais*, um *movimento social europeu* ou, ainda, em ambos os cenários -, tendo em conta: (1) as tendências de *europeização* dos movimentos sociais, verificadas ao longo da última década; (2) a natureza da crise na UE, os factores de natureza estrutural a ela associados e os constangimentos e desafios que dela resultam. Serão identificadas algumas pistas quanto aos desafios colocados aos MST Europeus, num contexto de intensificação da polarização social, dentro da UE e em cada um dos países.

Palavras Chave: Movimento social nacional, movimento social transnacional, crise da zona euro.

*Bolsista de Investigação no Dinâmia' CET-IUL. Doutoranda em Sociologia - Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

*The one encouraging feature about a systemic crisis
is the degree to which it increases the viability of agency,
of what we call "free will."*

Immanuel Wallerstein

*If European integration has long been an elitist project,
its evolution involves growing pressures 'from below'-
from social movement organizations and NGOs.*

Donatella della Porta e Manuela Caiani

Procurando fazer um mapeamento da teoria e investigação sobre o confronto político, McAdam et al (2009) consideram incontornável o debate sobre as implicações dos processos de globalização nos movimentos sociais cujas estruturas de oportunidades políticas. Segundo os autores, ao longo dos últimos dois séculos, estes desenvolveram-se tendo por referência o Estado-nação e por um tipo especial de movimento social, o *movimento social nacional (MSN)*, que se generalizou rapidamente enquanto padrão para as lutas políticas nacionais. Os autores formulam duas teses quanto ao surgimento de um *movimento social transnacional (MST)*:

Versão forte da tese do MST, segundo a qual as estruturas de oportunidade política nacionais podem estar diminuindo, argumento que é particularmente pertinente nas experiências de integração regional política e regional, da qual a UE será o exemplo mais avançado. A fluidez do capital, do trabalho, do dinheiro e das práticas culturais é factor de enfraquecimento da capacidade de qualquer governo em controlar o sistema político nacional e os acontecimentos dentro das suas próprias fronteiras. Por outro lado, a capacidade de desenvolvimento de novas formas de acção colectiva também estará aumentando, nomeadamente pelo crescente papel da internet na estruturação das relações sociais.

Versão fraca da tese do MST, segundo a qual estes argumentos deveriam ser considerados com cautela visto que o processo de integração económica mundial não é exactamente novo. As mudanças não representariam necessariamente uma mudança em termos de repertórios de acção dos movimentos, até porque a expansão do capitalismo, das comunicações e as ondas de imigração contribuíram para difundir movimentos muito similares. Por fim, é realçada a importância dos laços interpessoais – *será que as redes transnacionais de activistas, inevitavelmente distantes, têm os mesmos efeitos que as redes face a face e as identidades coletivas que tinham sido as bases do MSN?*

Os autores clarificam o seu cepticismo em relação a versões mais peremptórias da teoria da globalização, especialmente as que declaram o desaparecimento a curto prazo do estado-nação, e consideram ser mais plausível uma *versão mais fraca* do MST em que as instituições transnacionais e a expansão da capacidade de comunicação criam mais *oportunidades* e *mais recursos*, o que pode permitir ligar redes sociais nativas. Nesta perspectiva, a experiência no contexto da UE é particularmente relevante por sugerir a ascensão de um sistema político regional em que a soberania, tradicionalmente localizada no Estado-nação, é agora mais partilhada e/ou transferida para uma estrutura supranacional. Os autores levantam a questão (pp. 16): *como se apresentará o confronto político no contexto de tal estrutura e como afetará uma herança crucial do Estado consolidado - o MSN?*

Este debate ganha especial relevância se considerarmos a situação actual de crise estrutural caracterizada por uma forte instabilidade e de grande incerteza quanto à natureza das configurações sistémicas futuras (Wallerstein, 2010) e o facto de períodos anteriores de recessão económica terem sido seguidos por contra-movimentos protectionistas, afirmados por forças de chefia carismática e de isolacionismo auto-suficiente (Polanyi, 2012). A crise que hoje vivemos não é nova, mas o colapso da bolha imobiliária nos Estados Unidos da América (EUA) gerou impactos que se alastraram a (quase) todo o mundo e se multiplicaram em diferentes dimensões dos sistemas sociais. Wallerstein (2011) encara este acontecimento como uma quase-última gota de água numa crise estrutural do sistema capitalista mundial que remonta à década de 1970. O que parecia resumir-se a um estouro de uma bolha especulativa com efeitos limitados ao campo financeiro, deixou a descoberto uma crise alimentar, ecológica económica e social e ra-

pidamente ganhou dimensões políticas. As implicações político-ideológicas são particularmente importantes: o desenlace desta crise pode ser difícil de prever mas a crise do projecto neoliberal, enquanto consequência do colapso do sistema financeiro, pode contribuir para um ponto de viragem relativamente a futuros alternativos (Walby, 2011).

Embora os processos de integração económica e política tenham conhecido importantes avanços na UE (Hyman, 2002, McAdam et al., 2009), a crise da Zona Euro deve ser analisada num contexto de crise global de financeirização da economia e de intensa acumulação de dívida pública e privada. Alguns autores (Wallerstein, 2010a; Lapavistas et al., 2010; Lapavistas et al., 2010a) sugerem que este contexto de grande instabilidade é gerador de impasses que colocam em causa o próprio processo de integração europeia. Por outro lado, tendo o conflito político ganho uma nova intensidade, a questão levantada tem particular relevância também no campo sindical, pelas dificuldades dos sindicatos em responder eficazmente aos processos de reestruturação do trabalho verificados globalmente (Costa, 2005) e em que “a velha ordem capitalista *internacional* se vê confrontada com os desafios colocados pela nova desordem capitalista *global*” (Waterman, 2004, pp. 209). Embora a crise transcenda a esfera estritamente sindical, nunca os sindicatos sofreram tantas pressões nem nunca foi tão necessária a sua existência (Estanque e Costa, 2012a).

Este ensaio visa abordar alguns dos desafios colocados aos *movimentos sociais*, com incidência no território da UE - quer consideremos um *aglomerado de movimentos sociais nacionais*, um *movimento social europeu* ou, ainda, em ambos os cenários -, tendo em conta: (1) as tendências de *europeização* dos movimentos sociais, verificadas ao longo da última década; (2) a natureza da crise na UE, os factores de natureza estrutural a ela associados e os constangimentos e desafios que dela resultam. Serão identificadas algumas pistas quanto aos desafios colocados aos MST Europeus, num contexto de intensificação da polarização social, dentro da UE e em cada um dos países.

O nacional vs o transnacional e os movimentos sociais na UE

A última década testemunhou avanços significativos no sentido da europeização dos movimentos sociais, com o desenvolvimento de vários eventos-âncora¹ que tiveram como alvo a UE, como é o caso do Forum Social Europeu (FSE), de várias Contra-Cimeiras e de encontros temáticos e campanhas comuns de protesto, nomeadamente as realizadas contra a Directiva Bolkenstein, contra a Directiva de Retorno ou em torno do debate sobre a Constituição Europeia². No entanto, para que se possa falar de um MST Europeu é necessário que a interação seja sustentada e que constitua um desafio contínuo a quem detem o poder (McAdam et al, 2009), o que se torna particularmente difícil tendo em conta, por um lado, a grande desigualdade entre os protagonistas envolvidos (relações *bottom-up*) e, por outro, o pântano em que se transformou a estrutura institucional e política da UE. São vários os constrangimentos à europeização do conflito político (della Porta e Caiani, 2009): a pouca visibilidade da UE como alvo; o grande poder dos actores corporativos e institucionais; o relativo isolamento das ONG's face às redes políticas; o custo elevado que representa a realização de mobilizações transnacionais; ou, ainda, o predomínio de organizações e enquadramentos - *frames* - historicamente ancoradas no Estado-nação. Estes constrangimentos são sintomáticos da complexidade da dicotomia nacional-transnacional.

As estruturas nacionais de oportunidades políticas que tradicionalmente estruturam - reprimindo ou estimulando - a acção colectiva podem estar diminuindo. A globalização, mais concretamente uma tendência para a interdependência económica, contribui para fazer recuar a capacidade dos governos em controlar a política nacional (McAdam et al, 2009; Estanque e Costa, 2012); ou, formulando de forma distinta (Wallerstein, 2004), reforçando o papel do Estado enquanto instituição de controlo capitalista; ou ainda, contribuindo para o reposicionamento do Estado-nação numa rede de instituições transnacionais (Walby, 2002). No entanto, como argumenta della Porta e Caiani (2009), *o facto de o poder se ter transferido da política para o mercado e para as instituições*

¹Sobre a importância dos eventos-âncora para os movimentos alter-globalização ver Pereira (2009).

²No caso da Directiva de Retorno, os protestos ganharam maior força no que concerne ao Pacto sobre Imigração e Asilo e, neste caso o alvo não foi tanto a UE, mas o executivo francês liderado por Nicolas Sarkozy – o Documento ficou aliás conhecido como *Pacto Sarkozy*. No caso primeiro caso, os movimentos sociais europeus não obtiveram uma vitória (a Directiva foi aprovada e ainda muito recentemente foi transposta para o ordenamento jurídico português), no segundo caso, que envolvia uma reforma profunda da legislação da UE, no sentido da repressão e criminalização da imigração, assim como a degradação de direitos civis e laborais, já se verificou um sucesso relativo em bloquear proposta.

internacionais - como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), ou para estruturas regionais como a UE, não significa que os Estados-Nação tenham deixado de desempenhar um papel, mas dá uma nova relevância às dimensões transnacionais na estruturação das oportunidades políticas, complexificando os problemas e os desafios colocados, de forma diferenciada, aos movimentos sociais.

Por outro lado, a integração vertical criou processos horizontais que contribuíram para a criação de uma esfera pública europeia, abrindo espaço à contestação política. Alguns actores têm demonstrado capacidade de adaptação à forma de governação multi-nível, nomeadamente pelo reconhecimento de pontos e causas comuns entre vários países, facilitando o processo de elaboração de reivindicações e a construção de uma identidade europeia comum. Ao nível da acção, essa adaptação às mudanças nas estruturas de oportunidade políticas tanto pode passar pela *domesticação* da acção colectiva - ou seja, pressão sobre governos nacionais visando desafiar políticas europeias; como pela *externalização* - realização de protestos ao nível da UE com vista a mudar políticas nacionais; ou ainda pela dinamização de *campanhas comuns* de protesto (della Porta e Caiani, 2009).

Uma identidade comum?

Uma das dificuldades enfrentadas tem a ver com o isolamento dos actores sociais. O universo dos movimentos sociais europeus envolve organizações, grupos e activistas de dezenas de países, línguas diferentes e culturas político-ideológicas diversas. Trata-se de uma rede de activistas fracamente ligados entre si e dotados de pertenças associativas distintas. Deste ponto vista, a realização regular de eventos-âncora (Pereira, 2009), como os FSE e as Contra-Cimeiras são oportunidades importantes para estabelecer relações de confiança e contribuir para o reforço de laços sociais. Por outro lado, as iniciativas comuns de protesto - mesmo descentralizadas - permitem não só para quebrar rotinas mas também facilitar a construção de identidades comuns. Por outro lado, como já referido anteriormente, a identificação de problemas e causas comuns constitui também um elemento de construção identitária. A europeização a partir de baixo tem ganho um tom mais crítico e conflitual (della Porta e Caiani, 2009), sendo possível identificar várias preocupações-chave associadas a essa tendência: a fraqueza das políticas sociais

européias, o funcionamento da UE como agente do neoliberalismo e o seu papel no desmantelamento do Estado Social através da desregulação dos mercados; o foco macro-económico na inflação e nos limites à despesa pública e o seu efeito de condicionamento das políticas sociais, estas enquadradas na esfera nacional; por fim, é criticada a Europa-Fortaleza, assim como a política europeia de defesa. Destas preocupações emergem as referências identitárias de um movimento social europeu: *contra a Europa do Mercado, a exigência de uma Europa Social; contra a Europa-Fortaleza, a afirmação de uma Europa Cosmopolita e de uma definição inclusiva de cidadania; em alternativa a uma definição produtivista de solidariedade, a defesa de uma Europa dos direitos de cidadania.*

A natureza da crise da zona euro

O processo de integração europeia retirou aos Estados-Membros os instrumentos de política orçamental e monetária para fazer face a desequilíbrios macro-económicos, a partir do momento em que institucionalizou a rigidez fiscal subjacente aos critérios de Maastricht e anulou a independência monetária dos Estados-Membros pelo estabelecimento da União Monetária. Uma das implicações deste novo quadro institucional foi o facto do ajustamento económico face à crise financeira de 2007/9 ter sido feito essencialmente através dos mercados de trabalho (Lapavistas et al., 2010; idem, 2010a; idem 2011). Repare-se que o processo de formação institucional da União Europeia (UE) tinha anteriormente contribuído para um processo de *desnacionalização* das relações laborais que, à falta de um mecanismo de regulação à escala europeia, deixou as dinâmicas de mercado cada vez mais expostas às dinâmicas externas e contribuiu para o enfraquecimento das normas sociais e institucionais que asseguraram, durante décadas, uma relativa desmercadorização da força de trabalho (Hyman, 2002). Na prática, o facto das decisões macro-económicas terem passado a ser tomadas num quadro intergovernamental e cada vez mais condicionadas pelos mercados internacionais diminuiu a capacidade de controlo dos sindicatos (Costa, 2005). Especialmente na última década, generalizaram-se as novas formas de relações laborais, cada vez mais precárias, cada vez mais instáveis (Estanque e Costa, 2012), num cenário de transformação das relações laborais

que configura uma crise da sociedade salarial (Castel, 1995) e que tem implicações sociais mais vastas - um processo de desfiliação, caracterizado pela destruição das pertenças colectivas, recolocando na ordem do dia a *velha obsessão da sobrevivência como razão da existência* e inscrevendo-a nas relações sociais. Ao longo das últimas décadas, cada vez mais pessoas têm sido excluídas, de um ponto vista cívico, político e social - e, como tal, encaradas como “não forças sociais” (Castel, 1995). Este, é talvez um dos *nós górdios* que enfrentam os movimentos sociais europeus.

Este cenário tendeu a agravar-se nos últimos quatro anos. O modelo financeiro e monetário europeu era já desfavorável ao mundo do trabalho, mas as respostas das principais instituições políticas europeias foram no sentido de agravar os desequilíbrios nesta balança de poderes. O segundo Relatório sobre emprego e os desenvolvimentos sociais na Europa (European Commission, 2012), espelha um cenário de degradação da situação social em vários países Europeus, com o desemprego a atingir níveis inéditos em mais de uma década, especialmente nos países do Sul e do Leste Europeu. O relatório reconhece que, para além do agravamento geral da situação económica e da escalada da crise da dívida, um dos factores determinantes para esta degradação da situação social foi uma mudança de orientação política, no sentido da consolidação orçamental e da redução dos mecanismos nacionais de estabilização que, numa fase inicial da crise, tiveram um papel fundamental na protecção dos grupos sociais mais vulneráveis. Algumas das tendências assinaladas neste relatório são apresentadas neste ensaio para ilustrar os desafios que hoje se colocam aos movimentos sociais europeus face à necessidade de resposta comum à crise. Assinalo dois deles: *intensificação de clivagens* dentro da UE; *a intensificação da polarização social* por toda a UE, ou seja, em cada um dos países. Os efeitos da austeridade são já visíveis ao nível das relações laborais e sociais e colocam aos movimentos sociais desafios diversos em função dos vários tipos de clivagens e divisões que estão hoje em jogo.

A intensificação de clivagens de natureza geopolítica

É possível distinguir entre os países que estão mergulhados numa espiral de queda de produção, aumento massivo de desemprego e diminuição dos rendimentos; e aqueles que, até agora, demonstraram alguma capacidade de resiliência devido às suas dinâmi-

cas de funcionamento do mercado de trabalho e sistemas de protecção social mais robustos. O relatório identifica três grupos de países quando aos riscos enfrentado pelas populações em entrar e sair da pobreza (European Commission, 2012): a) países em que o risco de pobreza é grande, mas a probabilidade de sair dela é também grande (exs: Áustria, França e Reino Unido) e em que, em qualquer dos casos, existe um núcleo de pessoas que estão fora desta dinâmica de rotação; b) países onde se verifica uma mas-siva “armadilha da pobreza”, tendência que tem evoluído de forma alarmante (exs: Estados do Báltico, Bulgária, Grécia, Itália, Malta, Espanha e Portuga); c) países em que se verificam baixas taxas de entrada e saída da pobreza (casos dos países nórdicos e do Benelux). Mesmo o perfil das pessoas em risco varia de país para país, o que sugere uma variação na barreiras estruturais e institucionais e aponta a necessidade de aprofundamento da investigação comparada.

As clivagens geográficas são especialmente colocadas aos países periféricos - Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal e países do Leste Europeu³. Se, em 2007, face a dificuldades de liquidez nos bancos europeus, o Banco Central Europeu (BCE) actuou de forma diligente assegurando os fundos necessários à recuperação da posição daqueles, o mesmo não aconteceu quando, em 2009, os Estados enfrentaram problemas de financiamento. Como explicam Lapavistas et al. (2010), os Estados ficaram entregues a si próprios, sem margem de manobra em termos de políticas monetárias e financeiras, além de ficarem vulneráveis aos ataques especulativos dos mercados de dívida pública. Face à escalada da crise da dívida, as instituições europeias foram propondo receitas de controlo orçamental baseadas em medidas de austeridade que, embora inicialmente tenha sido apresentadas como medidas excepcionais, acabaram por ser estabelecidas como regra, ameaçando seriamente o Estado Social e a democracia.⁴ As opções tomadas pelas instituições políticas da UE foram apresentadas como inevitáveis, sendo adoptada a velha fórmula tatcheriana TINA (*there is no alternative!*), na afirmação política de *não há*

³Esta distinção não está relacionada apenas com factores de natureza geográfica – Irlanda não está localizada no sul da Europa... - mas também com o momento em que cada países a deriu à UE.

⁴Para mais detalhes sobre o novo modelo de governação económica adoptado pelos principais órgãos de governo da UE consultar Stieler e Haar (2012).

alternativa às políticas de austeridade. No caso dos países periféricos⁵, primeiro na Grécia, depois em Portugal, mais tarde na Itália, a aplicação das políticas de austeridade passou pela intervenção directa de entidades supranacionais, na forma de acordo com uma Troika composta pelo BCE, Comissão Europeia (CE) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Estas mudanças resultaram num drástico reforço do *poder dos não eleitos* (Ferreira, 2012).

A intensificação da polarização da social.

A crise e as políticas de austeridade não tiveram impactos iguais em toda a população e, desde 2010, na maior parte dos Estados Membros, o quartil mais pobre da população foi mais afectado do que a média. Ou seja, agravou-se a situação de grupos que se encontravam, ainda antes do “início da crise,” mais vulneráveis, nomeadamente jovens adultos, crianças e, em certa medida, imigrantes. O relatório indica que se mantêm as desigualdades de género, embora com sinais contraditórios e assinala a situação de vulnerabilidade acrescida das mulheres solteiras com filhos a cargo, das mulheres em situação de inactividade mas em idade activa, e das mulheres idosas com mais de 75 anos⁶.

Face à situação da crise actual que, considerando a sua natureza estrutural, tende a ser marcada por fortes oscilações, e à generalização de sentimentos de grande incerteza relativamente ao futuro, estão colocados importantes desafios aos movimentos sociais. Importa clarificar que esta definição de *movimentos sociais* tanto inclui os MSN (não só os sindicatos, mas os novos movimentos sociais que, embora tenham uma maior abertura aos processos de globalização, também encontram no Estado-nação uma referência de acção importante); como os MST, que têm dado sinais de europeização (incluindo no campo sindical) e que poderão constituir um pólo importante de mobilização. É também essencial ter em conta as reconfigurações resultantes do novo ciclo de protesto que se inaugurou no início de 2011 com a onda de protestos que percorreu os países Árabes e que se alastrou à Europa ao longo desse mesmo ano (desde a *Geração à Rasca*

⁵As políticas austeritárias afectaram também de forma particularmente gravosa os países do leste Europeu, em particular, pelo crescente peso de forças políticas neofracistas. No entanto, considerando a complexidade da conjuntura política e económica, assim como a história destes países – nomeadamente os relacionados com a sua recente adesão à UE e o facto de não terem ainda aderido à moeda única, optei por não abordar a situação destes países neste ensaio.

⁶Sobre a análise dos impactos da austeridade na vida das mulheres consultar Bento et al. (2013).

às *Acampadas*) e ganhou um novo fôlego com o *Occupy Wall Street* e a jornada mundial de protesto de 15 de Outubro de 2011.

O relatório apresentado por Lapavistas et al. (2011) assinala que a ideologia do europeísmo que prometeu solidariedade e unidade para o povo europeu está em recuo, especialmente devido ao papel do centro geopolítico tem tido na demonização das periferias e aos impasses da união monetária, que entravam a capacidade de resposta económica dos Estados-Nação. Ora, uma reestruturação da UE não pode, sublinha o relatório, ser levada a cabo por agentes neoliberais, nem orientada pelos interesses do grande negócio. A reestruturação deve ser democrática, contando com a força do trabalho organizado e da sociedade civil. Deste ponto vista, o património de repertórios reivindicativos e identitários dos vários movimentos sociais envolvidos colocam *inputs* diversificados, que constituem fonte de tensão mas podem permitir um salto qualitativo em termos de acção colectiva.

Os MST têm intensificado a sua crítica à UE enquanto projecto elitista, mas não são guiados pelo eurocepticismo. Ora, a perspectiva de convergência entre estes movimentos, os MSN e as miscelâneas de experiências resultante do novo ciclo de protestos obriga ao encontro (seja virtual, seja real) de culturas políticas muito diversas envolvendo conversações que, muitas vezes, não são orientadas pelo diálogo (no sentido utilizado por Waterman, 2004), mas antes pela desconfiança. No campo do trabalho, é essencial a recuperação do papel dos sindicatos enquanto movimento social (Hyman, 2002; Costa, 2005) e o reforço do seu grau de abertura e interligação com diferentes gerações de movimentos sociais: não só os *novos movimentos sociais*, como os movimentos feministas e os movimentos ecologistas; mas também aqueles que parecem ser expressão de um novo *preariado* (Standing, 2012); assim como os resultantes do novo ciclo de protesto inaugurado no início de 2011.

Por outro lado, é essencial o reforço da capacidade de intervenção a um nível transnacional (Waterman, 2004; Estanque e Costa, 20012a), ora recuperando o discurso internacionalista fundador do movimento sindical (Estanque e Costa, 20012a), ora ultrapassando-o, de forma a responder aos problemas colocados por um capitalismo *globalizado/conectado em rede/informatizado* (Waterman, 2004). A dicotomia interesses nacionais vs europeus, poderá ser abordada através do desenvolvimento de uma estratégia multi-nível (Della Porta e Caiani, 2009; Walby, 2011). Uma das dificuldades que está

colocada de forma imediata é o aprofundamento das clivagens geopolíticas anteriormente mencionadas, considerando a situação específica dos países do Sul da Europa e dos países do Leste – neste último caso, os movimentos sociais destes países enfrentam dificuldades acrescidas por factores de natureza histórica, pela sua fraca interligação com os MST e pelo forte peso que as forças de extrema-direita ganharam neste países nos últimos anos.

Por fim, é essencial ultrapassar as dificuldades de articulação entre a “velha” e a “nova” esquerda - sobre esta questão ver, por exemplo, Della Porta e Caiani (2009) e Wallerstein (2004; 2010) - e, em particular, reconhecer a importância dos contributos dos diversos movimentos sociais na construção de agendas reivindicativas e de acção. Esta articulação não se deve ficar pela mera retórica discursiva, nem se alhear da dimensão humana e social que esta crise assume. É necessário ir além dos ciclos de mobilização recentes, reforçar dinâmicas de solidariedade e procurar empoderar grupos particularmente vulneráveis, contribuindo assim para bloquear a acção de movimentos populistas, de natureza neofascistas, que encontram na situação actual uma estrutura de oportunidades políticas particularmente favorável ao seu reforço. Em todo caso, a capacidade de mobilizar criativamente o património histórico e identitário da “velha” e da “nova esquerda”, e dos movimentos que emergiram neste novo ciclo de mobilização pode ser um factor decisivo para a construção, experimentação e afirmação de alternativas.

Bibliografia

- Bento, Almerinda; Fernandes, Lídia; Rego, Luísa; Alves, Magda; Góis, Manuela; Campos Lima, Maria da Paz (2013), *Por uma perspectiva de género na auditoria cidadã à dívida pública*. Lisboa: Campanha Feminista Anti-Austeritária. Consultado a 10.10.2013 em https://dl.dropboxusercontent.com/u/12873188/UMAR/2013-02-14/Auditoria%20e%20g%C3%A9nero_jan2013%20%281%29.pdf
- Castel, Robert (1995), *Les Métamorphoses de la Question Social: Une Chronique du Salarial*. Paris: Fayard.
- Costa, Hermes (2005), *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Os discursos e as práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Della Porta, Donatella; Caiani, Manuela (2009), *Social movements and europeanization*. Oxford: Oxford University Press.

- Estanque, Estanque; Costa, Hermes Augusto (2012), “Conclusão: condições para um sindicalismo com futuro”, em Elísio Estanque e Hermes Augusto Costa (Orgs), *O sindicalismo português e a nova questão social*. Coimbra: Almedina.
- Estanque, Estanque; Costa, Hermes Augusto (2012), Labour Relations and Social Movements in the 21st Century, in *Sociological Landscape - Theories, Realities and Trends*, pp.257-282.
- European Commission (2012), *Employment and Social Developments in Europe 2012*, Bruxelas, Directorate-General for Employment, Social Affairs and Inclusion. Consultado a 14.01.2013 em http://ec.europa.eu/employment_social/empl_portal/publications/Esde2012
- Ferreira, António Casimiro (2012), *A Sociedade da Austeridade e do direito do trabalho de exceção*. Porto: Vida Económica.
- Hyman, Richard (2002), “Europeização ou erosão das relações laborais?”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, Junho 2002: 7-32.
- Lapavitsas, Costas; Kaltenbrunner, Annina; Lindo, Duncan; Michell, Jo; Paineira, Juan Pablo; Pires, Eugénia; Powell, Jeff ; Stenfors, Alexis; Teles, Nuno (2010), *Eurozone Crisis: Beggar Thyself and Thy Neighbour*. London: Research on Money and Finance. Consultado a 27.12.2012 em <http://researchonmoneyandfinance.org/media/reports/eurocrisis/fullreport.pdf>
- Lapavitsas, Costas; Kaltenbrunner, Annina; Lindo, Duncan; Michell, Jo; Paineira, Juan Pablo; Pires, Eugénia; Powell, Jeff ; Stenfors, Alexis; Teles, Nuno (2010a), *The Eurozone between austerity and default*. London: Research on Money and Finance. Consultado a 27.12.2012 em <http://researchonmoneyandfinance.org/media/reports/eurocrisis/fullreport.pdf>
- Lapavitsas, Costas; Kaltenbrunner, Annina; Lindo, Duncan; Michell, Jo; Paineira, Juan Pablo; Pires, Eugénia; Powell, Jeff ; Stenfors, Alexis; Teles, Nuno (2011), *Breaking up? A route out of the eurozone crisis*. London: Research on Money and Finance. Consultado a 15.10.2013 em http://issuu.com/bits_n_bytes/docs/final_rmf3/1?e=2550576/2823555
- McAdam, Doug, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2009), “Para mapear o confronto social”, em *Lua Nova*, São Paulo, 76, 11-48.
- Pereira, Inês (2009), *Movimentos em rede: biografias de envolvimento e contextos de interação*. Lisboa: ISCTE-IUL (Texto policopiado).
- Polanyi, Karl (2012), *A Grande transformação*. Lisboa: Edições 70, pp. 385-422.
- Stierle, Steffen e Haar, Keneth (2012), *Troika for everyone, forever*. Consultado a 15.10.2012 em <http://corporateeurope.org/blog/troika-everyone-forever>
- Walby, Sylvia (2002), “Feminism in global era”, in *Economy and Society*, 31(4), November 2002, 533-557.
- Walby, Sylvia (2011), *The future of feminism*.
- Wallerstein, Immanuel (2004), *World-Systems Analysis – An introduction*. Durham and London: Duke University Press.
- Wallerstein, Immanuel (2010), “Estrutural Crisis”, in *New Left Review*, 62, Mar-April, 2010.
- Wallerstein, Immanuel (2010a), “Is Europe Imploding”, Commentary No. 280, May 1, 2010. Consultado a 15.12.2012 em <http://www2.binghamton.edu/fbc/archive/280en.htm>

Wallerstein, Immanuel (2011), "Structural Crisis in the World-System: Where Do We Go from Here?", in *Monthly Review*. Consultado a 15.12.2012 <http://monthlyreview.org/2011/03/01/structural-crisis-in-the-world-system>

Waterman, Peter (2004), "O internacionalismo sindical na era de Seattle", em Elísio Estanque, L. M. Silva, R. Vêras, António Casimiro Ferreira e Hermes Augusto Costa (orgs.), *Relações laborais e indicalismo em mudança: Portugal, Brasil e o contexto transnacional*. Coimbra: Quarteto, 209-246.